



Boletim nº 1 - MERCOSUL - 16 de setembro de 2010

Caro(a) leitor(a):

Bem vindo à primeira edição do boletim Justiça Infância MERCOSUL. Este veículo de informação é dirigido a todas as pessoas que acompanham a atuação da Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (**AIMJJ**), com o objetivo de fomentar o intercâmbio de informações concernentes à promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Por meio deste boletim, disponível em português e espanhol, será possível difundir as atividades da Associação, além de incentivar o contato entre os seus integrantes. Trata-se de uma iniciativa fundamental para o crescimento da **AIMJJ**, por permitir a circulação de informações sobre eventos, debates, divulgação de publicações e novidades de ordem legislativa, em dimensão nacional, regional e internacional.

O site da Associação é outra ferramenta estratégica de comunicação e funciona como um guia de acesso a todos os contatos importantes, informação e doutrina jurídica sobre os direitos da infância e adolescência.

Sugestões e críticas podem ser enviadas ao e-mail: jim@oficinadeimagens.org.br.

Desejamos uma boa leitura.

Atenciosamente,
Dr^a Irma Alfonso
Dr. Ricardo C. Pérez Manrique
Presidentes da Associação Internacional MERCOSUL de Juizes da Infância e Juventude

Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude

A Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (**AIMJJ**) foi fundada em 1997 e é integrada por Juizes, Fiscais ou Promotores, Defensores e Operadores dos sistemas judiciais da infância e adolescência dos países membros ou associados do MERCOSUL. Hoje fazem parte os quatro países fundadores do espaço MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), os países associados ao bloco (Bolívia e Chile), além da Venezuela, que se incorporou no final de 2009.

O objetivo da **AIMJJ** é a promoção e difusão dos direitos de crianças e adolescentes, além da criação de instâncias acadêmicas em perspectiva interdisciplinar de estudo, aprofundamento de tais direitos e melhoria da eficácia e eficiência dos sistemas judiciais de infância na região.

Para os próximos anos, a **AIMJJ** deseja desenvolver um plano de trabalho de aprofundamento dos temas comuns a todos os países da região, com estudos de direito comparado, que sirvam para a elaboração de projetos de lei modelo, de resoluções ou convenções internacionais.

Conjuntamente, é fundamental que o bloco MERCOSUL considere os desafios específicos da Justiça da infância, juventude e família na região, criando mecanismos de articulação que propiciem condições de garantir efetivamente os direitos de crianças e adolescentes.

É imprescindível, para o êxito deste propósito, uma maior proximidade entre os países por meio de uma política de comunicação interna da **AIMJJ**, assim como uma colaboração mais próxima com o Instituto Interamericano da Criança e a Iniciativa Niñ@sur.

Leia, no site, a versão completa do texto da apresentação da Associação MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude.

II Encontro Regional da AIMJJ em Buenos Aires

A Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (**AIMJJ**) realizará seu II Encontro Regional de 6 a 8 de outubro de 2010, em Buenos Aires. O Encontro tem o objetivo de discutir as práticas do Estado, Justiça e Sociedade em relação aos direitos de crianças e adolescentes.

O tema central deste evento é "Praticando a Convenção – Interação de Justiça, Estado, Sociedade: um tema de responsabilidade social na inclusão de crianças e adolescentes". As discussões serão divididas nos seguintes temas: Políticas de promoção e Proteção; Desafios Modernos do Direito Penal e Juvenil; Proteção Civil da Família em risco; e Sociedade Civil. Participarão expositores da Argentina, Brasil, França, México, Paraguai e Uruguai.

De acordo com o vice-presidente da **AIMJJ**, Elbio Ramos, neste segundo encontro haverá uma análise ainda mais profunda da situação da infância e mais um passo para uma maior institucionalização e influência da Associação na região.

Também participam como organizadores do II Encontro, o **Grupo de Trabalho Niñ@sur**, a **Associação Argentina de Magistrados, Funcionários e Profissionais da Justiça da Infância, Adolescência e Família**, a **Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude**, a **Associação Paraguaia de Magistrados da Infância e Adolescência**, a Associação **Uruguia de Magistrados e Operadores de Família, Infância e Adolescência** e o grupo **Mulheres CAME**, da Confederação Argentina de Médias Empresas.

O evento vai ocorrer de forma integrada com o **XXIV Encontro Nacional da Associação Argentina de Magistrados, Funcionários e Profissionais da Justiça de Infância, Adolescência e Família**. Informações e inscrições através de info@ajunaf.com.ar ou www.ajunaf.com.ar.

Parceria entre AIMJJ, ABMP e Instituto Camargo Corrêa

Este boletim é resultado de um trabalho de parceria entre a **Associação MERCOSUL dos Juizes da Infância e Adolescência (AIMJJ)**, a **Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP)** e o **Instituto Camargo Corrêa** – organização que desenvolve iniciativas de investimento social corporativo do Grupo Camargo Corrêa.

Com o intermédio da ABMP, o Instituto Camargo Corrêa financiará, durante os próximos meses, as ações de comunicação da AIMJJ, com o objetivo de estimular o intercâmbio de informações entre atores dos Sistemas de Justiça dos países do MERCOSUL.

O Instituto Camargo Corrêa e a ABMP possuem uma trajetória consolidada de trabalho em conjunto, que agora alcança um nível regional apoiando a política de comunicação da AIMJJ. De acordo com a presidente da ABMP, Helen Sanches, a expansão dessa parceria representa um marco importante para os Sistemas de Garantia de Direitos dos países do MERCOSUL. "É o reconhecimento da necessidade de mobilizar esforços para o enfrentamento de problemas comuns aos países e de aprofundar o conhecimento sobre os diversos sistemas normativos referentes à proteção dos direitos de crianças e adolescentes", afirma.

Niñ@sur: avanços e desafios de um trabalho em nível regional

Para sua primeira edição, o **Boletim Justiça Infância Juventude (JIM)** produziu uma entrevista com Carmem Silveira Oliveira, subsecretária de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil.

A entrevista trata da trajetória do **Grupo de Trabalho Niñ@sur** e da necessidade de uma atuação conjunta entre **Niñ@sur** e a **Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude (AIMJJ)**.

Atualmente presidido pelo Brasil, o **GT Niñ@sur** tem como objetivo a promoção e proteção dos direitos da infância e adolescência no âmbito do MERCOSUL. Desta forma, o Niñ@sur trabalha pelo cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Crianças. Além disso, estimula a cooperação entre os Estados do bloco, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados aos direitos da infância e adolescência.

A seguir publicamos uma parte da entrevista. **A versão na íntegra está disponível no site da AIMJJ.**

JIM - Qual a importância de um trabalho conjunto entre o Grupo de Trabalho Niñ@sur e AIMJJ?

Carmen Silveira Oliveira - De um modo geral, temos um cenário que nos mobiliza a uma ação conjunta ainda maior, considerando o processo de redemocratização em curso na região, bem como o desenvolvimento econômico que alinha nossos países com maior destaque no cenário internacional. Ou seja, estamos diante de um momento privilegiado no sentido de assegurar o acesso aos direitos das novas gerações.

A interseção de pautas entre os vários grupos no âmbito do MERCOSUL é tão importante quanto a agenda setorial comum entre os países. Nesse sentido, o MERCOSUL Direitos Humanos e, no caso, a Iniciativa Niñ@Sur têm priorizado em suas reuniões o diálogo com diversos segmentos, abrindo discussões com a sociedade civil organizada, organismos internacionais, parlamentares, centros de formação, entre outros.

Desde 2006, foram construídos também espaços de articulação com outras áreas do MERCOSUL, como educação, desenvolvimento social e justiça. Todos os temas e prioridades pactuados em nossos planos de trabalho nesses anos envolvem, necessariamente, a parceria com o Judiciário, o que poderá ser agora potencializada com a perspectiva de uma maior aproximação.

JIM - Uma das metas do Niñ@sur é relacionada à adequação normativa dos países do Mercosul aos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Qual é o papel dos Sistemas de Justiça para se alcançar essa meta?

Carmen Silveira Oliveira - A maior articulação dos gestores governamentais com o Judiciário no âmbito do MERCOSUL é fundamental na implementação das políticas dos direitos de crianças e adolescentes nessa região, especialmente porque a maioria dos países ainda tem marcos legais que não estão atualizados em relação à Convenção sobre os Direitos da Criança ou promoveram reformas legislativas recentes. Essa situação produz contradições na aplicação das leis, bem como gera descompassos na gestão das políticas públicas.

Por isso, os planos de trabalho pactuados pelos países na Iniciativa Niñ@Sur desde 2006 envolveram estudos do marco legal em vários, como justiça juvenil e violência sexual, por exemplo. Mas essa pauta governamental deve, necessariamente, ser complementada e enriquecida com o necessário diálogo com os juizes da Infância e Juventude.

No Brasil, essa aproximação tanto com o Judiciário quanto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem sido fundamental nesses 20 anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, nos últimos anos, foi considerada prioridade pelo governo brasileiro.

A versão na íntegra desta entrevista está disponível no site da AIMJJ.



Apoio:



Patrocínio:



Produção Editorial:

